

**TERMO DE REFERÊNCIA****PROCESSO Nº 23411.007929/2018-61****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO****INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PREGÃO SRP Nº 29/2018****1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento de dois equipamentos nobreaks de 50kVA / 45kW para uso definitivo no Data Center do IFPR que trabalhe em redundância com paralelismo ativo/ativo, substituindo o equipamento atual que é proveniente de contrato de locação emergencial de 6 meses. Incluindo o transporte, armazenamento, instalação, adequações elétricas necessárias no local, testes, assistência técnica, documentação técnica, treinamento e garantia dos produtos ofertados. Para prover fornecimento de energia de forma ininterrupta o funcionamento do Data Center do IFPR, até que seja acionado o grupo gerador e evitar indisponibilidades dos sistemas, sites, e arquivos institucionais armazenados no Data Center, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A proponente deverá garantir os serviços entregues por um período de 12 (doze) meses. Os equipamentos deverão conter garantia de no mínimo 60 (sessenta) meses para o nobreak, quadro de paralelismo e 12(doze) meses para as baterias, incluso manutenção preventiva anual.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**2.1. Da necessidade da Contratação**

2.1.1. O Data Center do IFPR está instalado nas dependências do Campus Curitiba do IFPR, onde estão concentrados todos os sistemas, sites, banco de dados e armazenamento de arquivos institucionais. Para manter a disponibilidade de funcionamento ininterrupto do Data Center é imprescindível que não ocorram interrupções do fornecimento de energia. Para atender este requisito o Data Center deve possuir soluções que atuem no caso de falha de fornecimento por parte da concessionária.

Na atualidade, o sistema de prevenção de falha de fornecimento de energia pela concessionária é composto por um grupo gerador GMG 160 Kva permanente e de propriedade do IFPR, um nobreak de grande porte locado emergencialmente por um período de 6 meses cujo contrato é improrrogável.

O sistema de prevenção entra em funcionamento sempre que ocorre uma falha no fornecimento de energia pela concessionária, onde primeiramente o nobreak é acionado no instante da ausência de energia e o gerador é acionado automaticamente em seguida quando é detectada a ausência de energia por um período superior a alguns segundos.

Retomando fatos anteriores a nossa atual situação, o IFPR teve dois equipamentos permanentes tipo nobreak para Data Center adquiridos em meados de 2011. Contudo um deles já estava sem uso por estar danificado e sem manutenção preventiva/corretiva. O segundo operava com 40 KVAs, porém com baixa capacidade de baterias cuja autonomia não passava de poucos segundos. Ocorreu em julho de 2018 a falha total do único equipamento permanente e de uso contínuo no Data Center. Nesta ocasião foi realizada a análise da relação do custo de manutenção dos equipamentos onde foi concluído que o valor não era vantajoso para o IFPR. Em busca de solução para o equipamento danificado, constatamos que a manutenção para o modelo/série (APC Symmetra PX) que o IFPR possuía era de exclusividade do fabricante, que nos informou um custo para realização de visita técnica estimado em R\$ 10.000,00, esta visita técnica apenas seria para orçamento sem a manutenção.

Sendo assim, devido ao alto custo projetado para manutenção do equipamento existente, optou-se por fazer um contrato emergencial de locação, ao custo total de R\$ 16.800,00, por 6(seis) meses até que a aquisição do equipamento definitivo.

O Data Center do IFPR não possui no presente momento equipamento permanente de nobreak, que componha o sistema preventivo para falhas de fornecimento de energia por parte da concessionária e evitar o desligamento abrupto dos equipamentos até acionamento do grupo gerador de energia que alimentará o Data Center.

Realizamos um estudo de viabilidade para uma locação por período maior 48 ou 60 meses, onde foi constatado que valor da locação supera o valor da aquisição do mesmo equipamento com garantia estendida pelo mesmo período. Considerando 48 meses de garantia ou locação o valor da locação supera a aquisição em aproximadamente 40% e para 60 meses de garantia ou locação o valor da locação supera a aquisição em aproximadamente 80%.

Por fim baseado no relato anterior oficializamos a demanda para aquisição de duas unidades de equipamentos tipo nobreak de 50 KVAs para Data Center sendo uma principal e outra redundante em caso de falha da unidade principal suprindo de forma permanente o Data Center após a finalização do contrato temporário de 6 meses.

3. RESUMO DA LICITAÇÃO

3.1. Para garantir a padronização dos ambientes e das instalações, esta contratação foi organizada contendo 1 item , conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de 2(dois) Nobreaks para Data Center com instalação em redundância paralelo ativo/ativo com capacidade mínima Nominal de 50 KVA / 45kW, banco de baterias externo com 28 baterias 12V 42Ah por nobreak, tipo trifásico com entrada 380V e saída 220V ou 127V, com monitoramento por SNMP (Simple Network Management Protocol), com interface WEB para monitoramento, operações de gerenciamento, com fabricação nacional, com garantia de 60(sessenta) meses para o nobreak 60(sessenta) meses para o quadro de paralelismo, 12(doze) meses para as baterias, incluso 5(cinco) manutenções preventivas uma por ano.	2	R\$ 159.700,00	R\$ 319.400,00

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA AQUISIÇÃO

4.1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOLUÇÃO.

4.1.1.1. O sistema de prevenção de interrupção de energia para o Data Center do IFPR, será acionado em caso de falha de fornecimento por parte da concessionária. Este sistema será composto por duas unidades de Nobreak tipo Trifásico, conectadas em redundância tipo paralelismo ativo/ativo, com saídas 220V(F-F)/127V(F-N). O conjunto de equipamentos deverá manter de forma ininterrupta o fornecimento de energia para o Data Center do IFPR até que entre em operação o grupo gerador (GMG). Evitando a indisponibilidade dos sistemas, sites, bancos de dados e arquivos institucionais armazenados no Data Center do IFPR.

A solução proposta deverá possibilitar a correta acomodação no espaço reduzido da sala do Data Center. Deverá possuir ventilação com tomada de ar frontal e exaustão superior para que o equipamento possa ser encostado nas paredes, deverá possibilitar a manutenção completa por acesso frontal com porta bipartida. Deverá ter proteção contra raios e surtos de energia, bypass automático, funções de ligar e auto-religamento da bateria. Deverá ter gerenciamento via Ethernet/TCP-IP, utilizando os protocolos SNMP (Simple Network Management Protocol) e HTTP para acesso Web, propiciando realizar controle e monitoramento remoto. Em caso desligamento do equipamento ao final da autonomia das baterias, com religamento automático no retorno da rede.

4.1.2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA SOLUÇÃO:

4.1.2.1. NOBREAK

4.1.2.1.1. **Fabricação:** O equipamento deverá ser de fabricação nacional

4.1.2.1.2. **Potência:** 50kVA / 45kW - fator de potência 0,9

4.1.2.1.3. **Tensão nominal de entrada:** 220V Trifásico (F+F+F+N+T). Frequência: 60Hz \pm 5% (retificador) / 60Hz \pm 0,5% a 5% (selecionável na chave estática). Fator de potência > 0,95. Variação admissível de tensão: \pm 15%.

4.1.2.1.4. **Tensão nominal de saída:** 220V Trifásico (F+F+F+N+T) e 127V(F+N+T). Regulação estática: \pm 1%. Frequência: 60Hz com estabilidade de \pm 0,05 % (free-running). Regulação dinâmica: \pm 5 % para degrau de 100% de carga - Recuperação em dois ciclos. Distorção harmônica: menor que 2% total. Forma de onda: Senoidal (on-line). Rendimento global de 90%. Em situação de sobrecarga: Até 25% - 10 minutos, de 25 a 50% - 30 segundos e maior que 50% - transferência imediata para bypass.

4.1.2.1.5. **Chave Estática:** passagem do Nobreak para o Bypass deverá ser sem interrupção, em caso de falha do nobreak transferência automática para bypass.

4.1.2.1.6. **Sinalização:** Deverá ter display de cristal líquido que sinalize os eventos, grandezas do equipamento e relógio, terá indicadores em led bicolor para a rede alternativa, rede principal, retificador, inversor, carga, baterias e indicativos de led para bypass manual e bypass automático. Os LEDs devem ser independentes do painel de cristal líquido.

4.1.2.1.7. **Proteções:** No barramento CC(corrente contínua) para situações de CC alta, CC baixa e sobrecarga do barramento. Na tensão de entrada para CA(corrente alternada) alta e CA baixa. Na tensão de saída para CA alta e CA baixa, para corrente de saída contra curto-circuito e sobrecarga. No bypass para CA alta e CA baixa, frequência anormal e sequência de fases incorreta. Proteção contra temperatura elevada em caso de sobreaquecimento no conjunto retificador/inversor. Deverá possuir disjuntores internos, dimensionados pelo fabricante, para rede de entrada principal, baterias e chave estática. Deve garantir isolamento galvânica entre o banco de baterias e a carga crítica.

4.1.2.1.8. **Condições ambientais:** suportará funcionamento em Temperaturas entre 0°a 40°C em condições nominais (sem redução das características técnicas). Suportará funcionamento em locais com umidade em 10% e 95% sem condensação. Deverá contar com filtros nas entradas de ar que sejam substituíveis pelo usuário, a fim de proteger os componentes eletrônicos internos

4.1.2.1.9. **Dimensões máximas:** altura: 1800 mm x largura 1000 mm x profundidade 800 mm.

4.1.2.1.10. **Alarme sonoro:** Deverá possuir alarme sonoro com reset para: Bateria em descarga, Sobrecarga, quando entrar em bypass automático, temperatura superior a 38°C, Sobretemperatura no inversor, CA alta / baixa na saída, sub / sobretensão na bateria, Sobretensão barramento CC, Temperatura superior a 40°C, temperatura interna crítica, falha no carregamento de baterias, Falha seq. de fase do bypass.

4.1.2.1.11. **Porta Frontal:** Devido ao espaço físico reduzido no local, a mesma deverá ser bipartida com tamanho máximo de 50mm em cada folha.

4.1.2.1.12. **Acesso para manutenção:** Todo acesso para manutenção/instalação deverá ser frontal, sem a necessidade de deslocamento do equipamento em qualquer direção para qualquer atuação.

4.1.2.1.13. **Refrigeração:** O equipamento deverá possuir entrada de ar para refrigeração apenas pela parte frontal e exaustão apenas pela parte superior, através de ventoinhas/coolers de refrigeração. As entradas de ar deverão possuir filtro de poeira e os coolers de exaustão proteção contra entrada de água. Não serão aceitos equipamentos com refrigeração lateral e/ou traseira.

4.1.2.1.14. **Posicionamento:** O equipamento deverá permitir a instalação rente as paredes laterais e traseiras sem a necessidade de espaçamento para refrigeração. O equipamento poderá ser instalado encostado em um segundo equipamento do mesmo tipo. Não serão aceitos equipamentos que não atendam este requisito.

4.1.2.1.15. **Grau de proteção IP:** O equipamento deverá ter no mínimo grau de proteção IP42.

4.1.2.1.16. **Topologia:** Online dupla conversão

- 4.1.2.1.17. **Transformador:** Com transformador, isolador interno, a entrada é isolada da saída.
- 4.1.2.1.18. **Operação Paralela Ativa:** Possuir Operação paralela ativa de até seis unidades, com inversores compartilhando o fornecimento de energia para carga crítica.
- 4.1.2.1.19. **Controle e supervisão:** Possuir avançados sistemas de controle e supervisão, realizados através de Processadores Digitais de Sinais (DSP) de última geração.
- 4.1.2.1.20. **Retificador:** Possuir retificador de alto fator de potência na entrada do equipamento;
- 4.1.2.1.21. **Partida pelas baterias:** Possuir partida pelas baterias (sem rede presente);

4.1.2.2. BANCO DE BATERIAS

- 4.1.2.2.1. Devem ser fornecidos dois bancos de bateria sendo um para cada nobreak.
- 4.1.2.2.2. Cada banco de baterias será composto por um conjunto de no mínimo 28 (vinte e oito) baterias estacionárias, seladas, VRLA de 12V e 42Ah cada unidade.
- 4.1.2.2.3. Cada banco de baterias será instalado em estantes/gabinets sob medida, de dimensões máximas de 1200 mm(largura) x 270mm(profundidade) x 1400mm(altura), distribuídas conforme layout proposto anexo a este documento.
- 4.1.2.2.4. A estante/gabinete deverá ser de material metálico, tratado contra corrosão, pintado em epóxi, grau de proteção IP 20 ou superior.

4.1.2.3. QUADRO PAINEL DE PARALELISMO

- 4.1.2.3.1. A solução deverá fornecer e instalar o quadro de paralelismo entre os nobreaks
- 4.1.2.3.2. O quadro de paralelismo deverá ser produzido com os disjuntores de paralelismo com capacidade de 150A e um disjuntor de bypass de 150A com controle de acionamento indevido por bobina de tensão de mínima, essa bobina deve ser ligada em um contato seco do nobreak permitindo o acionamento somente quando o nobreak estiver operando por bypass.
- 4.1.2.3.3. Deverá ser instalado uma chave auxiliar com proteção de acionamento indevido para acionamento da bobina de mínima caso seja necessário a remoção dos nobreaks. Essa chave deve ser ligada em paralelo ao contato seco.

4.1.3. ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DA SALA DO DATA CENTER.

- 4.1.3.1. Deverá ser feita a readequação do painel by-pass para o gerador para permitir que seja selecionado a alimentação de energia da concessionária diretamente para o nobreak para possíveis manutenções no quadro QTA do gerador.
- 4.1.3.2. Deverá ser feito o fornecimento e instalação de eletrocalhas conforme necessidade da solução proposta.,
- 4.1.3.3. Deverá ser fornecido os cabos para interligação dos nobreaks. A estimativa de cabos a serem fornecidos é de 300(trezentos) metros de cabo flexível de no mínimo 70 mm.

4.1.4. DA GARANTIA E DAS MANUTENÇÕES

- 4.1.4.1. A assistência técnica da garantia será prestada durante o período de 60(sessenta) meses, contados a partir da instalação devidamente atestada pelo gestor do contrato, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior.
- 4.1.4.2. A assistência técnica em garantia terá cobertura para eventuais defeitos no nobreak e no quadro de paralelismo de acordo com as seguintes condições:
 - 4.1.4.2.1. A assistência técnica será on-site, sob demanda, consistirá na manutenção corretiva de hardware e/ou software comunicados pelo IFPR, pelo próprio fabricante ou fornecedor do nobreak devendo cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e/ou componentes, ajustes, reparos e demais correções necessárias. O atendimento deverá ser prestado de acordo com a gravidade do problema, conforme previsto na Tabela de Prazos definida neste termo de referência. Sempre que for tecnicamente possível, a manutenção corretiva poderá ser prestada por meio de ação remota ou, quando for inviável a solução remota, a execução dos serviços deverá ocorrer on-site. Na manutenção corretiva deve ser obedecido o mesmo padrão de qualidade e nível tecnológico existente nos equipamentos.
 - 4.1.4.2.2. Havendo necessidade de remoção de peças ou partes para oficina/laboratório, a Contratada deverá substituir a peça ou parte defeituosa por outra, provisoriamente, até que possa ser substituída definitivamente por outra igual ou superior, sem ônus para o IFPR.
 - 4.1.4.2.3. O atendimento às solicitações de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva deverá estar disponível por correio eletrônico e mediante contato telefônico com central de atendimento da empresa e/ou técnico de plantão, de 8h00 às 18h00, nos dias úteis para atendimentos convencionais e estará disponível em regime 24x7 para atendimentos críticos de emergência. Em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a Contratada deverá indicar o endereço de correio eletrônico e o número telefônico para os atendimentos de assistência técnica. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá comunicar ao IFPR, imediatamente, quaisquer alterações nos meios de contato para os atendimentos de assistência técnica. O contato telefônico deverá estar disponível por número local, 0800 ou ligação à cobrar.
 - 4.1.4.2.4. Componentes eletroeletrônicos comprovadamente danificados por acidentes, imperícia de operação ou casos fortuitos previstos em lei, não estarão cobertos pelo contrato de manutenção. Neste caso, a compra ou o reparo dos componentes será efetuada pelo IFPR e a Contratada ficará responsável pela substituição temporária do componente defeituoso e pela execução da instalação, configuração e demais serviços necessários ao retorno do item comprado ou reparado ao perfeito funcionamento. Fornecer laudo técnico detalhando a causa do dano e submetê-lo ao gestor do contrato dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do registro da solicitação.
 - 4.1.4.2.5. Os serviços que impliquem em intervenção nos equipamentos que compõe o sistema de fornecimento de energia ininterrupta deverão ser prestados por profissional treinado e certificado pelo fabricante ou instituição autorizada por este. A comprovação do treinamento e certificação do profissional poderá ser solicitada pelo gestor do contrato e deverá ser apresentada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
 - 4.1.4.2.6. Os serviços de assistência técnica “on site” deverão ser prestados de acordo com os seguintes prazos:

TIPO DE SERVIÇO	PRAZO
Severidade Baixa: problema que não afete a disponibilidade ou o desempenho do sistema;	Solução do problema em até 5 (cinco) dias úteis, contadas a partir da abertura do chamado.
Severidade Média: problema que não afete a disponibilidade ou o desempenho do sistema, mas que impossibilite o funcionamento redundante;	Solução do problema em até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.
Severidade Alta: problema que afete a disponibilidade total ou o desempenho do sistema	Solução do problema em até 4 (quatro) horas corridas, contadas a partir da abertura do chamado.
Informar número de telefone e/ou correio eletrônico para solicitações de atendimento da assistência técnica da garantia.	10 dias úteis após assinatura do contrato
Comunicar alteração no número de telefone e/ou correio eletrônico da assistência técnica da garantia.io eletrônico para solicitações de	Imediatamente.

4.1.4.3. Será fornecido para as baterias a garantia mínima de 12(doze) meses. Com substituição da peça se ocorrer eventual defeito da mesma.

4.1.4.4. Serão fornecidas 5(cinco) manutenções preventivas durante a vigência da garantia de 60(sessenta meses) do nobreak. As manutenções serão executadas uma por ano, sendo a primeira 60(sessenta) dias antes do término da garantia das baterias e contemplarão os seguintes itens:

- 4.1.4.4.1. Verificação e ajustes de níveis de tensão de entrada/saída;
- 4.1.4.4.2. Medições de corrente e frequência de entrada e saída;
- 4.1.4.4.3. Verificação individual de baterias (medição de tensão e descarga);
- 4.1.4.4.4. Verificação, limpeza e lubrificação dos pólos das baterias;
- 4.1.4.4.5. Verificação dos conectores, reapertos.
- 4.1.4.4.6. Limpeza interna e externa do equipamento;
- 4.1.4.4.7. Verificação geral das indicações luminosas;
- 4.1.4.4.8. Checagem dos log's de alarmes e acionamentos;
- 4.1.4.4.9. Testes funcionais e simulações de falta de energia;
- 4.1.4.4.10. Testes de funcionamento do sistema de by-pass interno;
- 4.1.4.4.11. Checagem dos aspectos gerais das condições da instalação elétrica dos Nobreaks;
- 4.1.4.4.12. Verificação dos níveis de temperatura ambiente;
- 4.1.4.4.13. Emissão de Laudo Técnico que será remetido para o Fiscal/Gestor do contrato.

4.1.5. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO DA SOLUÇÃO COM TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL:

4.1.5.1. Os treinamentos deverão ser ministrados nas instalações da Contratante com agendamento após o startup dos equipamentos com duração mínima de 4 horas para uma equipe de até 10 pessoas, devendo ter como suporte didático os próprios equipamentos adquiridos, seus manuais e toda a documentação de projeto do Sistema.

4.1.5.2. A Contratada deverá informar ainda os pré-requisitos ou conhecimentos técnicos mínimos necessários aos treinandos com a finalidade de se garantir o melhor aproveitamento possível do treinamento.

5. VISITA TÉCNICA

5.1. Antes da apresentação da proposta, sugere-se a vistoria do local dos serviços, observando as condições do ambiente, executando todos os levantamentos do cenário atual "AS IS" para o desenvolvimento dos trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

5.2. Somente em presença de um responsável do IFPR. o licitante poderá realizar vistoria nas instalações onde os serviços serão realizados.

5.3. A vistoria deverá ocorrer em até 1 (um) dia útil antes da realização do certame, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h e das 14h às 16h, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência prévia mínima de 1 (um) dia útil antes da visita, através do e-mail cinfra@ifpr.edu.br.

5.4. O IFPR poderá concentrar a visita técnica das empresas interessadas em um único momento.

5.5. A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer munido de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa. A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

5.6. É possível a utilização de procurador para a visita, porém este deverá estar devidamente identificado com procuração original assinada com firma reconhecida do representante legal da empresa representada.

5.7. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, em duas vias de igual teor, assinadas pelas partes interessadas, emitido pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC.

5.8. A interessada em participar do certame deverá atentar a todo conteúdo e detalhes descritos neste Termo de Referência, pois em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe durante a vistoria, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

5.9. Caso a interessada opte por não realizar a visita técnica, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital, não podendo utilizar deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão, conforme Anexo deste Edital.

6. DO QUANTITATIVO DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS.

6.1. Serão Adquiridos 2(dois) Nobreaks para Data Center com instalação em redundância paralelo ativo/ativo com capacidade mínima Nominal de 50 kVA / 45kW, com um banco de baterias externo para cada nobreak contendo 28 baterias 12V 42Ah cada banco. Tipo trifásico com entrada 380V e saída 220V ou 127V, com monitoramento por SNMP (Simple Network Management Protocol), com interface WEB para monitoramento, operações de gerenciamento, com fabricação nacional, com garantia de 60(sessenta) meses para o nobreak 60(sessenta) meses para o quadro de paralelismo, 12(doze) meses para as baterias, incluso 5(cinco) manutenções preventivas uma por ano.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. De acordo com o Decreto nº 7.174/2010, §1º, Art. 2º, a aquisição de NOBREAKS, objeto desta contratação, caracteriza-se como solução de TI, uma vez que contribui para a sustentação da infraestrutura tecnológica de suporte automatizado ao ciclo da informação, que envolve as atividades de produção, coleta, tratamento, armazenamento, transmissão, recepção, comunicação e disseminação.

7.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

7.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de bens baseados em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais no mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se como “bem comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7174/2010.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. HABILITAÇÃO

8.1.1. Para habilitação da empresa vencedora do pregão, a mesma deve encaminhar os seguintes documentos quando solicitado pelo pregoeiro:

8.1.1.1. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

8.1.1.2. Para habilitação técnica da empresa vencedora do pregão, a mesma deve encaminhar os seguintes documentos quando solicitado pelo pregoeiro:

8.1.1.2.1. Certidão de Registro de regularidade de situação junto ao CREA da empresa e dos profissionais de seu quadro permanente, que não estejam relacionados na Certidão de Pessoa Jurídica, envolvidos diretamente na presente contratação.

8.1.1.2.2. Certidão de Registro do responsável técnico pela execução das atividades, com situação de regularidade junto ao CREA, integrante do quadro permanente da Proponente.

8.1.1.2.3. Comprovação de Capacidade Técnica em nome da empresa CONTRATANTE, mediante a apresentação de Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, concernente à instalação do objeto desta licitação similar em complexidade.

8.1.1.2.4. 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) ter o licitante fornecido ou executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, para solução similar ao objeto do edital, contendo ao menos 2 equipamentos trabalhando em redundância/paralelismo, com no mínimo 25KVA cada com similaridade de instalação exigida no objeto desta licitação. O atestado deverá estar devidamente acervado no CREA e acompanhado de seu certificado de acervo técnico.

8.1.1.2.5. Comprovação de pelo menos um profissional certificado pelo Fabricante dos equipamentos a serem instalados (Nobreaks).

8.1.1.2.6. A Proponente deverá comprovar, de forma a não deixar dúvidas, que equipamentos e / ou materiais, são de fabricação Nacional e possuem rede de assistência técnica autorizada em todo território nacional do ponto de vista técnico, tecnológico e de manutenção. Para isso a Fabricante dos equipamentos Nobreak deverá emitir documento comprovando que a fabricação do item é nacional e que não possui exclusividade na manutenção do modelo ofertado, cujo documento deverá ser entregue junto aos documentos de habilitação.

8.1.1.2.7. Cópia da DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO do objeto deste pregão.

8.1.1.2.8. Se a proposta não for aceitável, ou ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

8.1.1.2.9. Poderão ser realizadas, no momento da licitação, diligências com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas e manutenção da habilitação.

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias corridos, contados do(a) assinatura do contrato em remessa única, no Campus Curitiba do IFPR no seguinte endereço: Rua João Negrão 1285 - Rebouças - Curitiba - PR.

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(cinco) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Nomear se necessário Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, conforme o disposto no art. 30 da Instrução Normativa nº 04/2014-SLTI/MPOG.

10.2. Encaminhar formalmente a demanda à CONTRATADA, de acordo com os critérios e formas estabelecidos no presente Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 19 e 33 da Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MPOG.

10.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, rejeitando aqueles fora de conformidade, conforme inspeções realizadas no ato da entrega, inclusive quanto aos prazos, observando o disposto no art. 21 da Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MPOG.

10.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos neste documento.

10.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação objeto da contratação, exigindo as correções necessárias, visando ao cumprimento dos níveis de serviço acordados.

10.7. Requerer da CONTRATADA o devido cumprimento da produtividade e/ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, conforme estabelecido no presente Termo de Referência, sobretudo quanto aos níveis de serviço exigidos.

10.8. Realizar, se necessário, no momento da licitação, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens e serviços ofertados.

10.9. Realizar, sempre que julgar necessário, diligências com a CONTRATADA, para fins de comprovação da manutenção do atendimento das condições habilitatórias do certame licitatório.

10.10. Requerer da CONTRATADA o devido cumprimento do estabelecido no presente Termo de Referência quanto aos direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação e as bases de dados, pertencentes ao IFPR.

10.11. Atestar as notas fiscais referentes aos produtos e/ou serviços fornecidos para fins de pagamento.

10.12. Prestar os devidos suportes à CONTRATADA relativamente às informações que possam ser relevantes sobre o ambiente de trabalho no IFPR que tenham relação com a prestação dos serviços.

10.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.14. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao IFPR, que deverá responder pela fiel execução do objeto deste pregão.

11.2. Atender prontamente orientações e exigências dos fiscais e/ou gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

11.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao IFPR ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo IFPR.

11.5. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação objeto do contrato pelo IFPR, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, conforme Art. 18, inciso II, alínea "d" da Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MPOG.

11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

11.7. Conforme especificado no presente Termo de Referência, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação objeto do contrato.

11.8. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, objeto do contrato, durante sua execução.

11.9. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

11.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação e as bases de dados, ao IFPR.

11.11. Oferecer os bens e serviços conforme especificações do edital e de acordo com a marca aprovada na fase de habilitação técnica da licitação, nas quantidades solicitadas e dentro dos prazos determinados.

11.12. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte e entrega dos bens e serviços, não cabendo ao IFPR custear qualquer tipo de despesa referente ao transporte ou despesas de outra natureza.

11.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer custo em decorrência de devolução por não conformidades, assim como reparos, incluindo custos de documentação e quaisquer outros, em materiais e ou componentes da Solução de Tecnologia da Informação objeto do contrato, inclusive

em caso de recolhimento dos mesmos para trocas e ou substituições junto à CONTRATADA ou Fabricante da Solução.

- 11.14. Substituir produtos e materiais com defeitos de fabricação e em período de garantia por outros de igual ou superior qualidade, novos, dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência.
- 11.15. Não se eximirá da total responsabilidade pela execução do objeto do contrato, mesmo por ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do IFPR.
- 11.16. Providenciar a assinatura do Termo de Compromisso (em anexo), e entregar no momento da assinatura do contrato.
- 11.17. Providenciar a assinatura do Termo de Ciência (em anexo) por seus empregados envolvidos na execução contratual, conforme prazos definidos neste Termo de Referência.
- 11.18. Realizar Reunião Pré-Site com o IFPR que será agendada após a assinatura do contrato. Nesta reunião será discutido os procedimentos necessários para a instalação da solução, bem como demais fatores que o IFPR e a CONTRATADA julgarem necessário. Durante esta Reunião serão exigidos no mínimo:
 - 11.18.1. Cronograma de entrega e instalação da solução;
 - 11.18.2. Entrega de Termos de Compromisso e Ciência devidamente assinados;
 - 11.18.3. Para a execução das atividades a equipe deverá conter treinamento válido na NR10 (Norma regulamentadora). Estes itens deverão serem comprovados por meio de apresentação dos certificados dos profissionais envolvidos no processo de instalação;
 - 11.18.4. Comprovação de que os equipamentos a serem fornecidos para a presente contratação estão em linha de produção, enumerando todos os modelos contemplados na proposta, por meio de declaração do(s) Fabricante(s);
- 11.19. Observar, aceitar e praticar o especificado no Modelo de Execução do Contrato e no Modelo de Gestão do Contrato do presente Termo de Referência, esforçando-se para a promoção de processo de fiscalização transparente e eficiente.
- 11.20. Fornecer todas as capacitações conforme especificado neste Termo de Referência.
- 11.21. Cumprir os níveis de serviço acordados, conforme especificado neste Termo de Referência.
- 11.22. Cumprir demais Requisitos elencados no neste Termo de Referência.
- 11.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.24. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.25. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 11.28. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 11.29. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 11.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.32. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 11.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.34. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.35. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.37. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.38. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 11.39. Assegurar à Contratante, nos termos do Anexo VII-F, item 6 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017:
 - 11.39.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
 - 11.39.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.40. Cumprir demais Requisitos elencados neste Termo de Referência.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto aferindo a qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.5. A utilização desta análise não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.13. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.14. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa de:

15.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

15.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. Se o motivo ensejador da aplicação de sanção ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito por escrito pelo IFPR, a CONTRATADA ficará isenta das sanções mencionadas.

15.8. A aplicação das sanções estabelecidas nesta cláusula não impede que o IFPR rescinda unilateralmente o contrato.

15.9. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação e/ou neste contrato, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DA PARTICIPAÇÃO

16.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

16.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

16.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFPR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16.4. Não poderão participar deste Pregão:

16.4.1. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou impedido de contratar com a Administração Pública ou com este órgão, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

16.4.2. Empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

16.4.3. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

16.4.4. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

Servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

Curitiba-PR, 04 de outubro de 2018.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

INTEGRANTE REQUISITANTE			
NOME	Andre Frederico Lucas da Silva	SIAPE	1560955
E-MAIL	andre.frederico@ifpr.edu.br	TELEFONE	41-3595-7696
INTEGRANTE TÉCNICO			
NOME	Luis Geraldo Seixas	SIAPE	1681286
E-MAIL	luis.seixas@ifpr.edu.br	TELEFONE	41-3595-7696
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO			
NOME	Bryan Felipe de Oliveira	SIAPE	2336709
E-MAIL	bryan.oliveira@ifpr.edu.br	TELEFONE	41-3595-7605

17. ANEXOS

17.1. ANEXO-MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão eletrônico 29/2018

PARA LANÇAR A PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASNET

A licitante deverá preencher o campo da Especificação Detalhada do Objeto, com as informações sobre o item, esclarecendo todas as especificações técnicas do serviço/material, conforme o solicitado no Termo de Referência, sendo desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo:

- não serão aceitas descrições genéricas como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital”, dentre outras ou identificarem a licitante;
- No campo Fabricante deverá ser preenchido com o nome de um Fabricante;
- No campo Marca deverá ser preenchido com somente uma marca e um modelo, se houver.

PARA ENCAMINHAR A PROPOSTA DEFINITIVA - PARA A LICITANTE VENCEDORA:

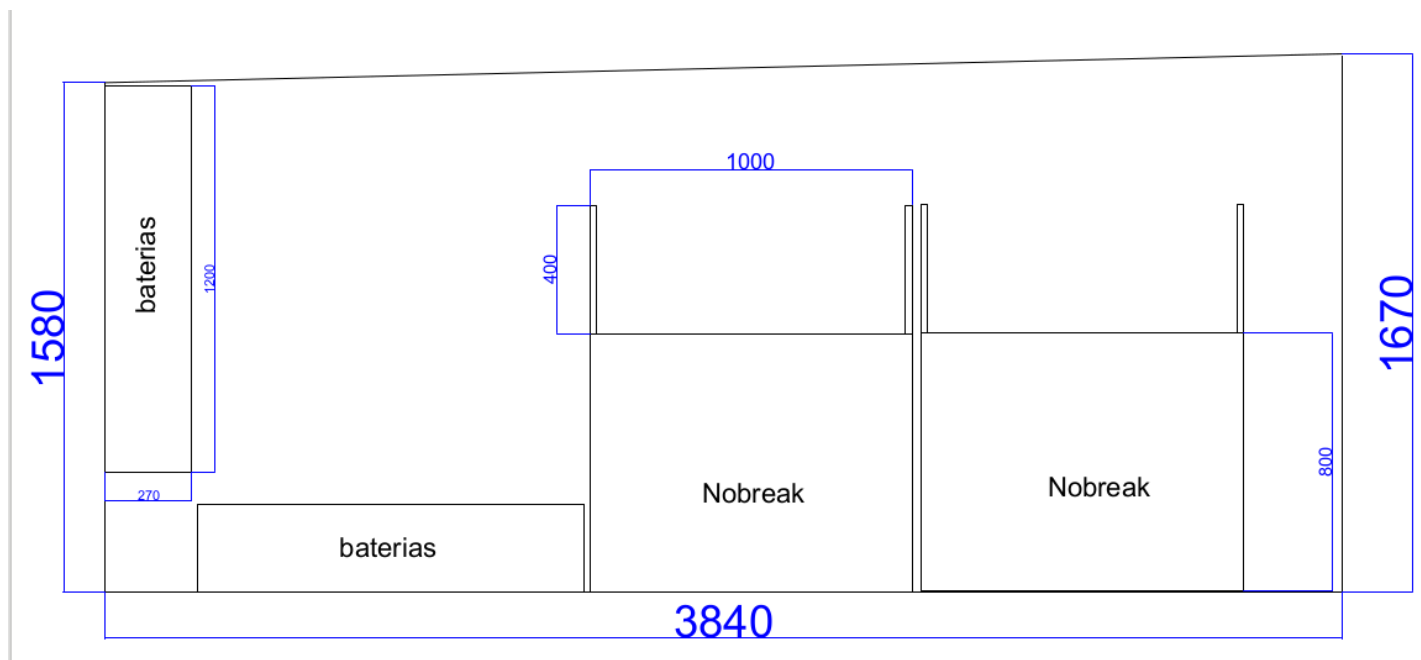
A Proposta escrita, a ser encaminhada pela licitante vencedora, após a fase de lances, deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas:

- descrição detalhada;
- quantidade, marca modelo, Fabricante, preço unitário e preço total;
- preços expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula;
- identificação da empresa: CNPJ, endereço, telefones, e-mail, representante legal e responsáveis pelo contato;
- validade da proposta e prazo de garantia.

Razão Social:
CNPJ:
Rua: nº: Bairro:
Cidade: CEP: Estado:
Contato/Representante legal:
RG: CPF:
Fone/Fax:
E-mail:
Dados para pagamento:

17.2. **ANEXO - LAYOUT PROPOSTO PARA INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO:**

DIMENSÕES DA IMAGEM FEITA EM MILÍMETROS (MM)



17.3. **MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos, para fins de participação em processo licitatório nº ____/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de dois equipamentos nobreaks de 50kVA / 45kW para uso definitivo no Data Center do IFPR que trabalhe em redundância com paralelismo ativo/ativo, substituindo o equipamento atual que é proveniente de contrato de locação emergencial de 6 meses. Incluindo o transporte, armazenamento, instalação, adequações elétricas necessárias no local, testes, assistência técnica, documentação técnica, treinamento e garantia dos produtos ofertados, em Curitiba/PR, que a empresa _____, CNPJ: _____, efetuou vistoria na unidade _____ e toma pleno conhecimento sobre:

1. Os serviços que serão executados, objeto do referido Pregão;
2. A forma como os trabalhos deverão ser conduzidos;
3. A exata localização dos sítios de instalação dos equipamentos e objetos que fazem parte do Edital;
4. O exato estado dos locais e materiais em que serão instalados os equipamentos e objetos que fazem parte do Edital.

Curitiba, ____ de _____ de 2018.

17.4. ANEXO-DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Declaramos, para os fins específicos de participação no Pregão do Processo de Compra XXX/2018, na condição de representante legal da empresa de Razão Social: _____ CNPJ: _____, sob as penalidades da lei, que temos pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais da unidade _____ inerentes ao cumprimento das obrigações objeto do referido Pregão e que nos responsabilizamos por todas as consequências que poderão advir, mesmo durante a execução do contrato, do não conhecimento detalhado do escopo desta licitação.

Cidade, ____ de _____ de 2018.

Nome (legível e por extenso) do Representante Legal

Documento (tipo e número) do Representante Legal

Assinatura do Representante Legal

ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO
Visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

CIÊNCIA	
CONTRATADA – Funcionários	
<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>
<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>
<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>	<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: <Matr.></div>

_____, ____ de _____ de 20____.

17.5. ANEXO - TERMO DE COMPROMISSO

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao

CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

DE ACORDO

CONTRATANTE	CONTRATADA
 _____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	 _____ <Nome> <Qualificação>
Testemunhas	
Testemunha 1 _____ <Nome> <Qualificação>	Testemunha 2 _____ <Nome> <Qualificação>

_____, _____ de _____ de 20____

17.6. ANEXO - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO
O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente a Contratada que os serviços prestados ou os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos em contrato.

IDENTIFICAÇÃO				
Contrato nº [XXXXXXXX]				
Contratada: [XXXXXX]				
Contratante: [XXXXXXXX]				
Ordem de Serviço Nº: <XXXXXXXX>			Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.	
Solução de TI				
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OS de abertura>	<PF ou outra>		
...				
TOTAL DOS ITENS				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 4/2014 SLTI/MP, que os serviços e/ou bens integrantes da **OS/OFB** acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO	
Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante do Contrato
<div></div> <div><nome do gestor do contrato></div> <div>Matr.: <nº da matrícula></div> <div>Local, <dia> de <mês> de <ano>.</div>	<div></div> <div><nome do fiscal requisitante do contrato></div> <div><Qualificação></div> <div>Local, <dia> de <mês> de <ano>.</div>

ANEXO - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO
O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente a Contratada que os serviços foram prestados ou os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos em contrato.

IDENTIFICAÇÃO				
Contrato nº: [XXXXXXXX]				
Contratada: [XXXXXXXX]				
Contratante: [XXXXXXXX]				
Ordem de Serviço Nº: <OS9999/AAAA>			Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.	
Solução de TI				
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OS de abertura>	<PF ou outra>		
...				
TOTAL DE ITENS				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4/2014 SLTI/MP, que os serviços (ou bens), relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços (ou bens) ocorrerá em até XXXX dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
Fiscal Técnico do Contrato	Preposto
<div><div></div><div><nome do fiscal técnico do contrato></div><div>Matr.: <nº da matrícula></div><div>Local, <dia> de <mês> de <ano></div></div>	<div><div></div><div><nome do preposto></div><div>CPF: <nº do CPF do preposto></div><div>Local, <dia> de <mês> de <ano></div></div>

[Caso o documento possua anexo incluir aqui, do contrário apague este texto]